



+soma
Soma Concursos

EDITAL VERTICALIZADO

IDEMA/RN

INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E
MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE

CARGO: FISCAL AMBIENTAL



BEM-VINDO



Ei, você! Tudo bem?

Você, aluno do SOMA Concursos, pediu e a gente atendeu! Apresentamos agora um material essencial para sua preparação: o Edital Verticalizado.

Sabemos que um dos maiores desafios ao iniciar os estudos para concursos é entender por onde começar e como se organizar com base no edital. Pensando nisso, nossa equipe preparou esse documento com o objetivo de facilitar sua leitura e planejamento de estudos, organizando os conteúdos do edital de forma didática e prática.

Com o Edital Verticalizado, você vai visualizar melhor os temas cobrados, identificar os tópicos prioritários e acompanhar seu progresso ao longo da preparação.

Lembrando que esse material não substitui a leitura completa do edital oficial da banca, mas sim complementa seus estudos com mais clareza e direcionamento.

Esperamos que esse material gratuito te ajude a ganhar tempo, foco e mais segurança nos seus estudos!

Bons estudos e conte com a gente!

Equipe SOMA Concursos 



SOBRE A BANCA



O Instituto AOCB é uma banca organizadora que tem ganhado notoriedade nos últimos anos por realizar concursos públicos de abrangência estadual e nacional, incluindo seleções para órgãos federais, institutos ambientais e instituições de ensino técnico e superior.

A banca é conhecida por elaborar provas objetivas no estilo múltipla escolha, com cinco alternativas (A a E) e uma única resposta correta. Suas questões costumam ser bem distribuídas entre conteúdo teórico e interpretação, exigindo do candidato tanto domínio conceitual quanto atenção aos detalhes dos enunciados.

Em concursos como o do IDEMA/RN 2025, a AOCB costuma cobrar conteúdos de forma objetiva, mas com enunciados que podem apresentar casos práticos e situações-problema.

Outro ponto importante: a banca não costuma fazer “pegadinhas”, mas valoriza bastante a literalidade dos textos legais, então a leitura atenta de legislações e normas ambientais é fundamental.

Além disso, a AOCB tem se mostrado uma banca organizada, com boa logística de aplicação de provas, mas que exige atenção redobrada aos detalhes do edital — como critérios de desempate, pontuação mínima por disciplina e estrutura da redação (quando prevista).

Vamos juntos desvendar o estilo da AOCB! 🌿📁



COMO ESTUDAR PARA O INSTITUTO AOCP?

 Estilo das provas da AOCP

✓ Modelo de prova:

As provas da AOCP seguem o formato tradicional de múltipla escolha, com 5 alternativas (A a E) e apenas uma correta.

✓ Perfil das questões:

São geralmente objetivas, diretas e literais, mas também podem conter estudos de caso e situações-problema, especialmente em provas para cargos de nível superior, como os do IDEMA/RN.

✓ Peso e distribuição:

A banca costuma dividir as disciplinas em blocos, com pesos iguais ou diferentes — sempre atente-se aos critérios do edital, pois a AOCP costuma exigir nota mínima por bloco ou por disciplina.

✓ Cobrança de legislação:

A AOCP valoriza a literalidade, ou seja, tende a cobrar trechos específicos de leis e normas. A leitura atenta das legislações ambientais, constitucionais e administrativas será essencial.

✓ Redação ou discursiva:

Em concursos que exigem prova discursiva, a AOCP pode cobrar questões teóricas, dissertativas ou análises práticas, com temas ligados à atualidade ou à área de atuação do cargo. A estrutura clássica (introdução, desenvolvimento e conclusão) costuma ser valorizada.

DICAS PARA SE DAR BEM COM A AOCP:

1. Estude o edital na íntegra

A AOCP costuma seguir fielmente o conteúdo programático. Nada do que está no edital é colocado por acaso.

2. Leitura literal das leis

Priorize o estudo direto da legislação, especialmente normas ambientais, Constituição Federal (arts. 23, 225 etc.), Lei do SNUC, Código Florestal e demais previstas no edital.

3. Treine com provas anteriores da banca

Busque concursos passados da AOCP, mesmo que não sejam na área ambiental. Isso ajuda a entender o formato e padrão das questões

Bons estudos e conte com a gente!

Equipe SOMA Concursos 

CONHECIMENTOS GERAIS – ANALISTA AMBIENTAL, FISCAL AMBIENTAL E ANALISTA ADMINISTRATIVO

LÍNGUA PORTUGUESA

CONTEÚDO	ESTUDO
1. Domínio da compreensão e interpretação de textos em geral, com ênfase nos textos voltados para as atividades na Administração Pública.	
2. Tipologia e gêneros textuais.	
3. Significação de palavras e expressões, domínio dos sinônimos e de antônimos, recursos estilísticos com domínio das figuras de linguagem.	
4. Ortografia: Uso e domínio das regras básicas de acentuação gráfica, com emprego de grafia clara e objetiva, domínio das técnicas de coesão e coerência.	
5. Morfologia: classes gramaticais e processos de flexão das palavras variáveis e invariáveis e seus empregos nos textos elaborados;	
5.1. Uso e emprego das locuções verbais;	
5.2. Reescrita de frases e parágrafos do texto: significação das palavras; substituição de palavras ou de trechos de texto;	
5.3. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto; reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.	

CONTEÚDO	ESTUDO
6. Sintaxe de concordância e regência; 6.1. Uso dos sinais de pontuação;	
6.2. Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia;	
6.3. Polissemia (denotação e conotação), período simples e período composto por coordenação e subordinação, concordância e regência verbal e nominal.	
7. Redação Oficial - Manual de Redação da Presidência da República (2018).	

INFORMÁTICA

CONTEÚDO	ESTUDO
1 - Noções de sistema operacional (ambientes Linux e Windows 11).	
2 - Edição de textos, planilhas e apresentações (pacotes Microsoft Office 365 e LibreOffice 7 e versões superiores).	
3 - Redes de computadores. 3.1 - Conceitos básicos de redes, protocolos de comunicação, equipamentos de redes (roteadores, switches, etc.), topologias e procedimentos de Internet e intranet.	
3.2 - Programas de navegação (Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome).	
3.3 - Programas de correio eletrônico.	

CONTEÚDO	ESTUDO
3.4 - Sítios de busca e pesquisa na Internet.	
3.5 - Grupos de discussão.	
3.6 - Computação na nuvem (cloud computing).	
4 - Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.	
4.1 - Regras de nomeação de arquivos e pastas no Windows 11 (caracteres permitidos e proibidos, comprimento máximo, proibição de nomes reservados pelo sistema, uso de extensões).	
5 - Segurança da informação.	
5.1 - Procedimentos de segurança.	
5.2 - Noções de vírus, worms e pragas virtuais. Noções sobre malwares (vírus, worms, trojans, ransomware, entre outros).	
5.3 - Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware etc.).	
5.4 - Procedimentos de backup.	
5.5 - Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage).	
6 - Banco de dados	
6.1 - Noções de bancos de dados relacionais e não relacionais	
7- Periféricos de computadores: Tipos, funcionalidades e utilização de dispositivos de entrada, saída e armazenamento (ex: teclado, mouse, impressora, scanner, HD externo, SSD, etc.)	

HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE E ASPECTOS GEOECONÔMICOS DO RIO GRANDE DO NORTE

CONTEÚDO	ESTUDO
1. História do Rio Grande do Norte	
1.1 Povos Originários	
1.2 Guerras e Conflitos	
1.3 Patrimônio Histórico material e imaterial; Século XIX, XX e atualidades	
2. Aspectos Geo Econômicos do Rio Grande do Norte: 2.1.Relevo	
2.2 Geologia	
2.3 Solos	
2.4 Clima	
2.5 Vegetação	
2.6 Hidrografia	
2.7 Aspectos climáticos	
2.8 Mudanças climáticas	
2.9 Recursos energéticos	
2.10 Conflitos socioambientais e seus impactos no campo e na cidade	
2.11 Reforma Agrária	

CONTEÚDO	ESTUDO
2.12 Recursos energéticos	
2.13 Unidades de Conservação	
2.14 Sustentabilidade	
2.15 Cartografia e Geotecnologias Aplicadas ao Meio Ambiente	
2.16 Localização	
2.17 Divisão geográfica	
2.18 Processo de urbanização	
2.19 Divisões territoriais	
2.20 Demografia	
2.21 Aspectos econômicos	
2.22 Aspectos Culturais	
2.23 Comunidades Indígenas	

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EXIGIDO PARA O CARGO: FISCAL AMBIENTAL

CONTEÚDO	ESTUDO
1. Tipos de licenças ambientais e de autorizações de supressão vegetal e de captura de fauna; monitoramento ambiental	
2. Unidades de conservação	
3. Conceitos: ação compensadora, ação mitigadora	
4. Princípios da precaução e da prevenção	
5. Avaliação de impacto ambiental; análise, avaliação e gerenciamento de riscos	
6. Planejamento e resposta a emergências	
7. Plano de ação de emergência	
8. Auditoria ambiental: conceito, auditoria ambiental de conformidade, auditoria ambiental de natureza operacional, auditoria ambiental de desempenho operacional	
9. Poluição da água, do ar e do solo: principais formas, efeitos sobre a saúde e o meio ambiente, formas de controle e monitoramento	
10. Recuperação de áreas degradadas (conceitos, métodos e técnicas)	
11. Resíduos sólidos (conceito, reciclagem, tratamento e disposição final)	

CONTEÚDO	ESTUDO
12. Noções de ecologia	
13. Competência para fiscalizar	
14. Atuação em caráter supletivo nas ações administrativas de fiscalização ambiental	
15. Infrações ambientais: conceito, gravidade, apuração, sanções	
16. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	
17. Legislação aplicável: Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente) e suas alterações; Resolução CONAMA nº 237/1997	
17.1. Lei complementar Nº 495, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2013	
17.2. Resoluções CONAMA nº 357/2005, nº 430/2011	
17.3. Lei nº 9.985/2000 (SNUC)	
17.4. Lei nº 9.795/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental) e suas alterações	
17.5. Lei nº 7.661/1988, Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e suas alterações	
17.6. Lei nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal) e suas alterações	
17.7. Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e suas alterações	

CONTEÚDO	ESTUDO
17.8. ABNT NBR ISO 14001:2015	
17.9. Lei nº 12.305/2010 (PNRS) e suas alterações	

CARGO E ÉTICA

CONTEÚDO	ESTUDO
1. Lei Complementar Estadual nº 751, de 18 de abril de 2024	
2. Decreto Estadual nº 33.094/2023: Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Estadual (disponível em: http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/gac/DOC/DOC000000003210_88.PDF);	
3. Lei Estadual nº 11.902/2024: Dispõe sobre medidas de prevenção e enfrentamento ao assédio moral, sexual e outras formas de violência no âmbito dos órgãos entidades da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte	

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - LEGISLAÇÃO DE MEIO AMBIENTE FEDERAL E ESTADUAL

ESTADUAL

CONTEÚDO	ESTUDO
1. Lei Complementar nº 272/2004 e suas alterações, dispõe sobre a Política e o Sistema Estadual do Meio Ambiente, as infrações e sanções administrativas ambientais, as unidades estaduais de conservação da natureza, institui medidas compensatórias ambientais, e dá outras providências;	
2. Lei Estadual nº 6.621/1994 (Poluição Sonora)	
3. Lei Estadual nº 6.769/1995 - Dispõe sobre a Política Florestal do Estado do RN;	
4. Resoluções do CONEMA nos 04/2006 e suas alterações, 02/2009, 04/2011, 06/2011;	
5. Lei Estadual nº 9.978/2015 - Dispõe sobre o desenvolvimento Sustentável da Carcinicultura no Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências	
6. Lei Estadual nº 11.332/2022 - Dispõe sobre a política de reúso de água não potável no âmbito do Estado do RN	
7. Lei Estadual nº 11.669/2024 - Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos	

CONTEÚDO	ESTUDO
8. Lei Complementar Estadual nº 723/2022 (Altera a Lei Complementar nº 272/2004, para estender os prazos máximos de validade de Licenças Prévia e de Instalação)	
9. Lei Estadual nº 6.950/1996 - Dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro	
10. Lei Estadual nº 7.871/2000 - Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Oriental do RN	
11. Decreto Estadual nº 10.388/1989 - Aprova o Plano de manejo do Parque Estadual das Dunas de Natal	
12. Lei Estadual nº 5.823/1988 -Dispõe sobre a criação e proteção do Parque Ecológico do Cabugy	
13. Decreto Estadual nº 10.121/1988, cria o Parque Florêncio Luciano	
14. Decreto Estadual nº 10.683/1990, cria a Área de Proteção Ambiental (APA) Piquiri-Una	
15. Decreto Estadual nº 12.620/1995, cria a Área de Proteção Ambiental (APA) Genipabu	
16. Decreto Estadual nº 14.369/1999, cria a Área de Proteção Ambiental (APA) Bonfim/Guaraira	
17. Decreto nº 15.476/2001, cria a Área de Proteção Ambiental (APA) dos Recifes de Corais	
18. Lei Estadual nº 8.349/03, cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão	

CONTEÚDO	ESTUDO
19. Decreto Estadual nº 27.695/2018, cria a Área de Proteção Ambiental (APA) Dunas do Rosado;	
20. Decreto Estadual nº 31.754/2022, cria a MONA Martins	
21. Lei Estadual nº 6.678/1994, cria o Fundo Estadual de Preservação do Meio Ambiente – FEPEMA	
22. Decreto Estadual nº 18.448/2005, regulamenta a Lei nº 6.678/1994	
23. Lei Complementar Estadual nº 495/2013, dispõe sobre o processamento eletrônico dos processos de licenciamento ambiental no âmbito do IDEMA e altera a Lei Complementar Estadual nº 272/2004	
24. Decreto Estadual nº 25.044/2015 (Isenta da obrigatoriedade do licenciamento ambiental a atividade de desassoreamento de Açudes e lagoas inseridas no espaço geográfico do RN	
25. Lei Estadual nº 10.831/2021 - Institui o Código de Defesa e Proteção aos Animais do RN	
26. Decreto Estadual nº 31.278/2022 - Regulamenta a Câmara de Compensação Ambiental, cria o Comitê de Compensação Ambiental Estadual, disciplina os regimes de contraprestação a título de compensação por significativo impacto ambiental, e dá outras providências;	
27. Decreto Estadual nº 31.283/2022 (Reservas Particulares – RPPN)	

CONTEÚDO	ESTUDO
28. Lei Complementar Estadual nº 303/2005 - Dispõe sobre normas gerais pertinentes ao processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual	
29. Lei Complementar Estadual nº 723/2022 (Validade da Licença Prévia e Licença Instalação)	

FEDERAL

CONTEÚDO	ESTUDO
1. Lei nº 6.938/1981 - Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente;	
2. Lei nº 6.902/1981 - Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências;	
3. Lei nº 11.445/2007 - Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico;	
4. Decreto Federal nº 7.217/2010, regulamenta a Lei nº 11.445/2007;	
5. Lei nº 12.305/2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;	
6. Decreto Federal nº 10.963/2022 - Regulamenta a Lei nº 12.305/2010;	

CONTEÚDO	ESTUDO
7. Lei nº 9.605/1998 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências;	
8. Decreto Federal nº 6.514/2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências;	
9. Lei nº 9.985/2000 - Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências;	
10. Decreto Federal nº 4.340/2002 - Regulamenta artigos da Lei nº 9.985/2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências;	
11. Lei Complementar nº 140/2011 - Fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora, e dá outras providências;	
12. Decreto Federal nº 8.437/2015 - Regulamenta o disposto no art. 7º, caput, inciso XIV, alínea "h", e parágrafo único, da Lei Complementar nº 140/2011, para estabelecer as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União.	

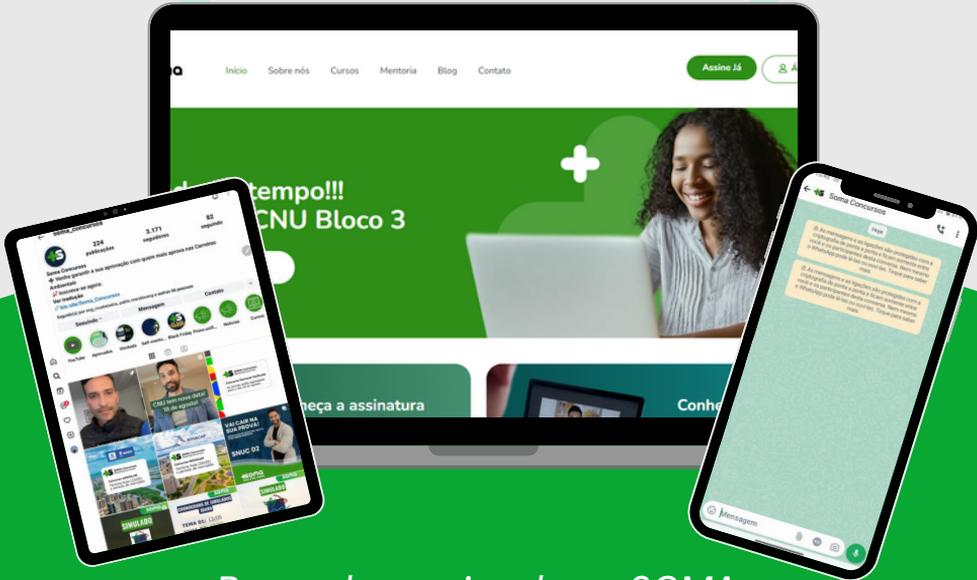
CONTEÚDO	ESTUDO
13. Lei nº 12.651/2012 – Novo Código Florestal;	
14. Lei nº 11.428/2006 - Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica;	
15. Decreto nº 6.660/2008 – Regulamenta dispositivos da Lei no 11.428/2006;	
16. Lei nº 5.197/1967 – Dispõe sobre a proteção à fauna;	
17. Decreto Federal nº 6.660/2008 – Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428/2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica;	
18. Lei nº 12.187/2009 – Instituiu a Política Nacional sobre a Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências;	
19. Decreto Federal nº 9.578/2018 - Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, de que trata a Lei nº 12.114/2009, e a Política Nacional sobre Mudança do Clima, de que trata a Lei nº 12.187/2009;	
20. Decreto Federal nº 7.830/2012 - Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei nº 12.651/2012, e dá outras providências;	
21. Lei nº 14.850/2024 – Instituiu a Política Nacional de Qualidade do Ar;	

CONTEÚDO	ESTUDO
22. Resoluções do CONAMA nºs 01/1986, 09/1987, 05/1989, 2/1990, 20/1994, 237/97, 279/2001, 302/2002; 303/2002; 306/2002; 312/2002; 357/2005, 369/2006, 381/2006, 430/2011, 274/2000, 396/2008, 420/2009; 491/2018, 506/2024, 371/2006, 267/2000, 340/2003, 429/2011 e 452/2012;	
23. Convenção nº 169 da OIT, dispõe sobre Povos Indígenas e Tribais (consolidada pelo Decreto nº 10.088/2019);	
24. Lei nº 7661/1988 - Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências;	
25. Decreto Federal nº 5.300/2004 - Regulamenta a Lei nº 7.661/1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências;	
26. Instrução Normativa IBAMA nº 14/2011 - Estabelece procedimentos para elaboração de Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD ou Área Alterada, para fins de cumprimento da legislação ambiental;	
27. Lei nº 6.766/1979 - Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano	



QUER TER ACESSO AOS PRINCIPAIS CURSOS PARA CONCURSOS AMBIENTAIS E SE DESTACAR NAS PROVAS?

*Siga-nos no Instagram para mais
informações e acesse nossos
canais!*



*Para saber mais sobre o SOMA
Concursos, nossos cursos,
mentorias, simulados e outros:*



[CLIQUE AQUI](#)

+soma

“A possibilidade de realizarmos um sonho é o que torna as nossas vidas muito mais interessantes.”



Clique aqui!
Entre em contato conosco!